

ONGS AMBIENTALISTAS EM CAMPINAS: AVANÇOS E DESAFIOS

ENVIRONMENTAL NGOS IN CAMPINAS: ADVANCES AND CHALLENGES

Thales de ANDRADE*

Diego Luis O. LIMA**

Resumo

Esse trabalho debate os temas do ambientalismo e das Organizações não governamentais (ONGs). Correntes sociológicas que tratam das articulações da sociedade civil, especialmente as ONGs, com as práticas da sustentabilidade vem crescendo e discutindo novas formas de participação das ONGs ambientalistas. A qualificação dessas entidades representa o estabelecimento de fórmulas ativas de envolvimento ou a burocratização de procedimentos, semelhante ao que se condena em órgãos públicos? O trabalho apresenta alguns resultados de pesquisa levantados junto a ONGs ambientalistas em Campinas, de forma a tentar apontar algumas dessas questões.

Palavras-chave: ambientalismo, ONGs, Campinas.

Abstract

This paper deals with environmentalism and Non-governmental Organizations (NGOs). Sociological currents studying articulations between civil society, specially NGOs, and sustainability are increasing and exploring new forms of participation among environmental NGOs. The qualification of these entities means new patterns of participation or bureaucratic procedures, similar to public organisms? The paper presents some data from field research conducted among environmental NGOs in Campinas, trying to shed some light to these questions.

Keywords: environmentalism, NGOs, Campinas.

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar.

** Graduando em Ciências Sociais- FCS- PUC-Campinas

No presente artigo serão debatidos os temas do ambientalismo e Organizações não governamentais (ONGs), procurando mostrar os rumos que a discussão sobre sociedade civil e direitos sociais vem tomando no mundo contemporâneo.

A literatura sociológica que trata da preocupação das articulações da sociedade civil, especialmente as ONGs, com as práticas da sustentabilidade vem crescendo em número e formas de enfoque. A sociedade global vem atestando a qualificação crescente de entidades e atores sociais diversificados que participam ativamente da implementação de políticas públicas e conservação de ambientes degradados em áreas urbanas (FERREIRA, 1999; SCHERER-WARREN, 1999; FERREIRA & VIOLA, 1996).

Mas quais são as tendências que essa participação cada vez maior das ONGs ambientalistas apontam para os rumos da sustentabilidade ambiental? Essas entidades têm conseguido adentrar de forma qualificada no debate? Essa qualificação representa o estabelecimento de fórmulas ativas de envolvimento ou a burocratização de procedimentos, semelhante ao que se condena em órgãos públicos? Essas entidades logram estabelecer intercâmbios e parcerias na forma de redes horizontais e flexíveis?

O intuito desse trabalho consiste em apresentar alguns resultados preliminares de pesquisa levantados junto a ONGs ambientalistas em Campinas, de forma a tentar apontar algumas dessas questões. A partir dos anos 90, o município passou a contar com políticas ambientais mais definidas, e com um número crescente de entidades atuando nessa área. Em 1992 foi estabelecido em Campinas o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), o que possibilitou a atuação crescente e maior visibilidade de novas práticas técnicas e políticas voltadas às preocupações sobre sustentabilidade ambiental (SIVIERO, 1995; FERREIRA et al, 1998). Isso desencadeou a ampliação de iniciativas da sociedade civil na área, sendo possível nesse momento fazer um balanço do perfil das ONGs ambientalistas no município.

Optou-se então por trabalhar com a metodologia de estudo de caso sobre a cidade de Campinas, de forma a captar as tendências organizacionais e os projetos preferenciais desenvolvidos pelas ONGs que atuam na cidade. A partir de levantamento feito junto a órgãos públicos e no Comdema de Campinas, mapeou-se as entidades da sociedade civil que trabalham na área.

A partir de contatos preliminares e trocas de informações decidiu-se analisar mais aprofundadamente 3

dessas ONGs: Ecoforça, Jaguatibaia e Paz e Terra. O que caracteriza essas entidades é o fato de terem surgido no município e parte de suas atividades serem ali desenvolvidas.

A análise da organização e atuação dessas entidades permitiu elaborar um quadro geral da importância e das formas de atuação de ONGs ambientalistas no caso de Campinas.

Inicialmente serão retomadas algumas questões sobre a problemática da sustentabilidade ambiental e globalização; a seguir apresenta-se uma breve discussão sobre o conceito de ONGs e área ambiental no Brasil, e posteriormente serão apresentados e discutidos os dados de pesquisa.

Questão Ambiental e Globalização

O debate sobre meio ambiente começou com uma importância maior apenas nos anos 60 e 70 com a realização da Conferência de Stockholm, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em junho de 1972. O objetivo desta conferência era criar no seio da ONU bases para uma consideração abrangente dos problemas do meio ambiente. Porém, o maior avanço foi a nova percepção dos países menos desenvolvidos sobre o tema meio ambiente. Esta Conferência foi considerada um marco fundamental, pois foi a primeira em que se comentava sobre os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente, com representantes de vários países. Foi importante, também, pois a sociedade em geral começa a ficar preocupada com os impactos ambientais, o que muda o pensamento sobre um impacto local para um impacto global (McCORMICK, 1992).

Nesse momento o processo de modernização começa a perder confiabilidade e desponta a preocupação com áreas marginais como o movimento feminista, pacifista e ecológico.

Os ambientalistas trazem um questionamento fundamental: como que uma economia voltada para o crescimento ilimitado pode ditar as regras num planeta onde a matéria-prima é limitada? Eles questionam a ideologia do crescimento como um todo, pois haverá num momento um colapso tão grande que quebrará o sistema (PÁDUA & LAGO, 1985).

O capitalismo é uma competição de mercado, e como tal esta entra num círculo vicioso em que, para se manter,

necessita uma expansão indefinida a partir de limites definidos, tendo por fim o que Pádua & Lago (1985) consideram “produção opulenta”, que nada mais é do que a produção de artigos sofisticados e caros para uma pequena minoria de consumidores das elites.

Ao longo dos anos 80, o impasse entre crescimento e preservação dominou o cenário mundial, dificultando o estabelecimento de práticas coletivas que compatibilizassem ecologia e atividade econômica (McCORMICK, 1992).

A partir dos anos 90, a globalização altera os rumos da problemática do meio ambiente. Essa passa a ser reconhecida como um problema desterritorializado, com setores diversos envolvidos em sua definição. O conceito de desenvolvimento sustentável passa a conduzir o debate, e não somente a problemática do crescimento (BRUNDTLAND, 1991).

Leis (1996) indica que a Conferência do Rio de Janeiro em 1992 apontou dificuldades para se entender os problemas ambientais globais e a necessidade da governabilidade global. Com isso foi criada a **Agenda 21**, que tem como objetivo o compromisso de que os países desenvolvidos paguem 0,7% do seu Produto Interno Bruto (PIB) aos países pobres, para que estes desenvolvam programas ambientais. Nesse novo contexto político e econômico, de reordenação do espaço público transnacional, novos agentes sociais passam a adquirir evidência, as ONGs.

ONGs – novas perspectivas de ativismo ambiental

O termo ONGs foi sugerido pela primeira vez na ONU em 1950, representando toda organização que não faça parte de relações intergovernamentais (FERREIRA, 1999).

Essas entidades passaram a ter atuação cada vez mais destacada na esfera global e local, à medida em que parcerias e convênios puderam ser estabelecidos independentemente da intervenção de níveis nacionais de administração pública. Os trabalhos das ONGs transnacionais na sociedade globalizada ganham visibilidade maior a partir dos anos de 1980 e alcançam escala mundial nos anos 90 (FERREIRA, 1999).

Estas entidades ganham espaço porque ocorre um enfraquecimento contínuo das representações sindicais e

dos partidos políticos, o que traz para o centro de debate os novos movimentos sociais, os quais trazem como proposta o interesse público e a cidadania. Sendo assim contribuem para a construção de novos espaços públicos e participações democráticas renovadas.

Diferentemente de partidos, as ONGs possuem um caráter auto-gestionário e horizontal que se adapta à noção de rede, e não de estrutura (SCHERER-WARREN, 1999). Ongs são um agrupamento coletivo, com uma institucionalidade horizontal, baseado em voluntarismo e atuação temática desterritorializada, com finalidades várias, desde organizações recreativas até políticas. Quanto aos formatos organizacionais, elas podem ser divididas em dois grupos:

a) Ongs que atuam em movimentos populares; e b) que atuam com identidade própria.

As Ongs que atuam em movimentos populares têm como prioridade serem o mediadoras dos movimentos sociais com a gestão pública. Por exemplo, Pastorais Sociais, Centros Populares de Educação entre outras. Por outro lado, Ongs com identidade própria atuam em torno de causas comuns (ecologia, feminismo entre outras).

No mundo globalizado, começa a se disseminar o uso de tecnologias informacionais, o que irá acarretar novas formas de ativismo e atuação pela sociedade civil. Scherer Warren (1999) coloca três pontos importantes sobre essa questão, que passa a ser fundamental no redimensionamento da noção de cidadania:

- O uso da informação e de novos meios de comunicação (Ex. Internet, fax entre outros), tendo como finalidade ajustar a relação espaço tempo à política que passa a ser transnacional;

- O agir no campo simbólico, tendo como finalidade uma reestruturação cultural de signos e formas de vida;

- Articulação em redes, tendo como ponto principal a formação de redes interorganizacionais, ou seja, na prática se dá uma horizontalização das práticas políticas.

Scherer-Warren (1999) e Ferreira (1999) concordam que se abre a possibilidade para a construção de novas parcerias com o poder público, exigindo das ONGs um papel diferente na política local e regional, o que implica em qualificação e capacidade gerencial sofisticada. Pode-se constituir assim o que se denomina por vigília cidadã, que tem como finalidade a fiscalização das políticas públicas em relação à legislação ambiental e novas práticas políticas e sociais, redefinindo a atuação no espaço público. Segundo Ferreira,

“A crise ecológica global e a incapacidade dos agentes políticos tradicionais de responderem satisfatoriamente a ela originaram um campo político especificamente ambiental, onde as ONGs desempenham papéis preponderantes. As próprias ONGs foram fundamentais na criação desse tipo de campo, e é por meio dele que elas pressionam os governos e os substituem sempre que necessário...” (FERREIRA, 1999: 45).

ONGs no Brasil

No Brasil este termo foi utilizado apenas 34 anos depois, ou seja, só na década de 80 as instituições dos movimentos sociais passaram a adotá-lo. Com estas instituições solidificadas na década de 80, só em 1991 estes centros fundariam a ABONG ou Associação Brasileira de ONGs.

Segundo Teixeira (2002), as ONGs foram se consolidando no Brasil graças sobretudo à reconstituição da democracia, que trouxe novas bases à sociedade civil no país.

Como consequência foram estipuladas regras que qualificam as pessoas jurídicas e disciplinam as parcerias com os recursos públicos, o que resultou numa profissionalização dos agentes, que antes eram chamados de “apoio aos movimentos sociais”.

Como consequência algumas ONGs não conseguiram conciliar uma dupla atuação, junto ao Estado e junto ao conjunto dos movimentos, e tiveram dificuldades em aliar sua face técnico-profissional com sua face de mobilização social.

Essas entidades puderam se envolver em políticas governamentais variadas, programas de orçamento participativo, conselhos gestores etc., o que acarretou um profundo questionamento: essas organizações devem aumentar a sua qualificação técnica para acompanhar agências governamentais, ou devem impor racionalidades diversas?

A questão da autonomia das ONGs frente ao poder público tem constituído um sério problema para a autonomização dos agentes da sociedade civil. Segundo Bava (2000), em pesquisa realizada em 1997, vê-se que metade das afiliadas da ABONG recebem algum tipo de

ajuda do governo e são dependentes diretas de financiamentos públicos.

O processo de consolidação da democracia criou não só uma abertura de canais interlocutores da sociedade civil com o Estado no interior do país, como também a aproximação entre ONGs brasileiras com as de diferentes países, tendo como resultado a constituição de redes de articulações de diversos temas (PEREIRA, 2003). Isso representou a possibilidade de entidades ambientalistas articularem interesses específicos e pontuais com demandas mais gerais, muitas vezes de setores globalizados muito mais avançados.

No caso de ONGs ambientalistas, a promessa é de um salto qualitativo muito grande no sentido de se aprimorarem os canais de participação e se efetivarem as práticas de intervenção e regulação social. Pereira (2003) percebe nas ONGs ambientalistas, especificamente, ser possível constituir redes múltiplas para a articulação diferenciada de interesses de sustentabilidade e a capacitação técnica e intelectual de diferentes instituições voltadas ao manejo de áreas urbanas e unidades de conservação de recursos naturais.

Em seguida, apresentamos dados de pesquisa circunscritos a Campinas que permitem atestar ou não a constituição de redes ambientais e um aprimoramento da sociedade civil na discussão de temas ambientais no Brasil.

Perfil de ONGs ambientalistas de Campinas

Através da aproximação com 3 ONGs ativas em Campinas foi possível apontar tendências e problemas relacionados à atuação da sociedade civil frente às demandas ambientais.

Ecoforça

A Ecoforça é uma entidade que surgiu na década de 80 a partir do interesse de funcionários da EMBRAPA em desenvolver programas institucionais, intercâmbio e aplicação de métodos, técnicas e procedimentos de ecologia operacional em diversos países da América Latina. Segundo Giselda Person, uma das responsáveis pela área de Educação Ambiental da entidade,

“Começamos na década de 80 de alguns funcionários da EMBRAPA ambiental onde está

localizada na Avenida Diogo Álvares no bairro da Vila Nogueira, temos como objetivos atuais da ECOFORÇA abranger as áreas de pesquisa, Informação, Formação e Assessoria e atendimento a comunidade.”(transcrição da entrevista do mês de junho, Giselda Person.)

A Ecoforça é uma ONG que preferencialmente presta consultoria técnica e relatórios científicos a diferentes órgãos públicos e privados. Como organização não-governamental está cadastrada e participa das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e do Conselho Gestor da APA de Campinas.

Ela se apresenta como um órgão de direito privado, sem fins lucrativos, sem vínculos religiosos ou político-partidários, e que possui 4 áreas de atuação principais:

- Pesquisa – visa desenvolver, através de seus programas institucionais, o intercâmbio e a aplicação de métodos, técnicas e procedimentos de ecologia operacional, reduzindo o impacto ambiental e social decorrente das atividades humanas e aperfeiçoando os processos de desenvolvimento social e comunitário;
- Informação – tem por objetivo contribuir no desenvolvimento de redes e sistemas de tratamento e gerenciamento de dados ambientais entre a comunidade científica, organizações governamentais e não governamentais e a comunidade em geral;
- Formação – tem o propósito de desenvolver a formação preparatória às intervenções de campo em ecologia operacional, através de estratégias que garantam a capacitação coletiva e a aprendizagem técnica personalizada, bem como a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos e a polivalência do formando;
- Assessoria e atendimento a comunidade – propõe-se prestar assessoria, indicar consultores e colaboradores e apoiar desde indivíduos até órgãos, de âmbito federal, estadual e municipal ou da iniciativa privada, que busquem minimizar os impactos ambientais e sociais negativos de programas e ações de desenvolvimento e de preservação.

É uma ONG que possui um nível elevado de gerenciamento profissional e vínculos institucionais diversificados, ligada aos órgãos da área e financiada por instituições diversificadas e importantes:

“... já nos identificamos como uma organização não-governamental e estamos cadastradas e participamos das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e do Conselho Gestor da APA de Campinas... As atividades da ECOFORÇA são financiadas principalmente por doações e financiamentos de projetos por entidades como o CNES, o CIRAD, a FAO, a FAPESP, o IDRC, o INFORUM, o Joint Research Center, o RIMISP, a União Européia, o WWF etc.”. (entrevista de Giselda Person, jun/2004)

Pode-se dizer que representa um tipo de entidade que se desenvolveu no Brasil ao longo dos anos 90, formada por pessoal altamente qualificado e sintonizado com fontes financiadoras internacionais e exigentes em aspectos institucionais e científicos (FERREIRA, 1999). É dotada de perfil tecnológico e gerencial avançado, que se beneficia do arcabouço científico advindo de sua origem, os profissionais da Embrapa, o que a distancia de outras ONGs ambientalistas da região. Pode-se afirmar que a Ecoforça prioriza o investimento técnico e equipamentos em relações a práticas mais propriamente comunitárias.

Em relação a questão do estabelecimento de redes ambientalistas, dentro da Ecoforça aparecem questionamentos sérios. Por um lado, a área de informação é considerada como estratégica para a entidade, que busca aperfeiçoar mecanismos de interação com outras instituições. Mas, de acordo com representantes da entidade, há uma grande falta de comunicação entre as ONGs de Campinas. As trocas de experiências encontram-se muito esparsas, dificultando o estabelecimento de interatividade dentro do contexto do município. No caso de Campinas, apesar de contar com ONGs de elevado grau de qualificação técnica e gerencial, essa interação não ocorre plenamente.

Segundo representantes da entidade, durante o governo de Antonio da Costa Santos (Toninho) deu-se o início de contatos para o estabelecimento de redes de informação entre as ONGs ambientalistas, mas após sua morte esse processo foi paralisado e não retomado

posteriormente. Não se consolidou no município um espaço de trocas de informações entre as entidades, uma demanda solicitada por diferentes lideranças ambientais.

Esse ponto aponta para a importância capital do setor público para a construção de práticas de intercâmbio entre os órgãos da sociedade civil, incapaz por si própria de articular suas próprias demandas.

Jaguatibaia

Surgida na década de 90, a ONG Jaguatibaia tem como eixo principal o acompanhamento da ocupação e utilização do Rio Atibaia, vital para o abastecimento de água de inúmeras cidades da região de Campinas.

Seu aparecimento está relacionado à conjugação de esforços de movimentos locais já atuantes na região frente aos problemas hídricos e sanitários da bacia dos rios Piracicaba e Capivari. Segundo o agrônomo José Carlos Perdigão, presidente da entidade,

“A Ong começou com um movimento popular da região e tomou força no início de 1997 por três entidades ambientalistas – Associação dos Pescadores de Campinas e Região, Associação de Remo de Sousas e a Jaguatibaia, e Associação de Proteção Ambiental. O Atibaia e os outros rios da região de Campinas, que com ele formam a bacia dos rios Piracicaba e Capivari, recebem 200 toneladas diárias de esgoto urbano, sem nenhum tratamento, segundo estimativas feitas pela Cetesb em 1995. Campinas contribui com cerca de 20% desse esgoto, 50 toneladas diárias, ou 1.500 toneladas de esgoto não tratado por mês. O Atibaia ainda sofre com o despejo de lixo, detritos industriais, desmatamentos e assoreamentos, em suas margens.” (entrevista do dia 28/03/2004, José Carlos Perdigão.)

O Rio Atibaia e outros da região de Campinas, que com ele formam a bacia dos rios Piracicaba e Capivari, recebem 200 toneladas diárias de esgoto urbano, sem nenhum tratamento, segundo diversas estimativas. O rio ainda sofre com o despejo de lixo, detritos industriais, desmatamentos e assoreamentos em suas margens. De acordo com o presidente da ONG o engenheiro agrônomo José Carlos Perdigão, nos últimos quatro anos a situação só piorou.

“... Campinas retira mais de 90% da água que consome do Atibaia e devolve menos de 5% de esgoto tratado. Caso a situação continue assim, em poucos anos o Atibaia entrará em colapso e não terá mais condições de fornecer toda a água que Campinas e região precisam. A que for fornecida irá custar muito caro, por causa da escassez e do tratamento necessário para purificá-la”, o rio Atibaia como você deve saber fica entre os distritos de Sousas e Joaquim Egídio e existe uma região montanhosa, de difícil acesso, onde se concentram cerca de 60% do que resta da vegetação nativa do município de Campinas, composta por fragmentos da Mata Atlântica. (entrevista do dia 28/03/2004, José Carlos Perdigão.)

Um momento importante de constituição da ONG se deu em 1996, a partir da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente que apresentou um “Plano de Gestão Ambiental”, propondo medidas de proteção e recuperação dos recursos naturais, regulamentando o uso e a ocupação da terra no que se refere à cobertura vegetal, agricultura, silvicultura e pesca, atividade de mineração, atividade de urbanização, sistema viário e de transportes e turismo.

Essa ligação com o rio e com o distrito de Sousas foi um dos fatores que levou em 1997 à organização do evento *Reviva o Rio Atibaia*, ação realizada pela ONG Jaguatibaia que está de acordo com as políticas internacionais de proteger o meio ambiente.

A Jaguatibaia tem também uma organização estatutária formal com um Presidente, Secretário Executivo, Conselho Fiscal, Conselhos Consultivos etc., mas se resente da falta de recursos para dar continuidade às atividades junto à recuperação do Rio Atibaia e desenvolver outros projetos. Uma das principais queixas da entidade foi relacionada à falta de dinheiro, pois segundo Perdigão:

“A nossa grande dificuldade atualmente é a falta de recursos financeiros, pois atualmente não temos como patrocinar outros projetos assim só temos por enquanto os eventos do Reviva o Rio Atibaia e a ajuda das pessoas que estão participando de nossa ONG. Nós tivemos muita sorte neste ano, pois, como o tema da Campanha da Fraternidade foi sobre a Água nós conseguimos com a igreja Católica fazer este evento nas igrejas de Campinas sendo no dia de

hoje o encerramento aqui em Sousas”.
(transcrição da entrevista do dia 28/03/2004, José Carlos Perdigão.)

Diferentemente da Ecoforça, a Jaguatibaia não possui formas de financiamento e recursos materiais à disposição para a implementação contínua de suas atividades e o voluntarismo está muito presente na atuação de seus associados. Tanto estruturalmente quanto em termos de captação de recursos e diversificação de projetos a ONG Jaguatibaia apresenta um perfil organizacional mais modesto frente à Ecoforça.

Fato interessante, os membros da ONG Jaguatibaia se ressentem do mesmo problema apontado pela Ecoforça, qual seja, a falta de interação entre as entidades ambientalistas. Segundo um dos membros da Jaguatibaia, um dos grandes desafios atualmente é

“... A falta de comunicação entre as ONGs de Campinas. Até tínhamos quando o Prefeito da Cidade de Campinas o Toninho estava vivo, pois ele com sua equipe estava organizando através do Plano de Gestão Ambiental um processo de redes de informação, mas quando houve a fatalidade este projeto foi esquecido pela prefeita Izalene fazendo com isto um retrocesso no processo democrático e popular das ONGs ambientais em Campinas...”
(transcrição da entrevista feita com um dos membros a ONG Jaguatibaia)

Portanto, a noção de rede não caracteriza fielmente a articulação entre as ONGs ambientalistas de Campinas, ocorrendo um fato interessante: por um lado, algumas ONGs são dependentes da atuação imediata do poder público ou de lideranças políticas atuantes; por outro lado, algumas delas tendem a se articular primordialmente com setores externos ao município.

Plantando Paz na Terra

Uma terceira ONG de Campinas pesquisada foi a *Associação Plantando Paz na Terra*. Fundada no final do anos 90 como entidade de preservação, a associação se desenvolveu em uma localidade pobre da cidade. De acordo com seu Tião, um dos conselheiros da entidade,

“Começamos na Associação de Bairro da Vila Brandina há cinco anos atrás (1999), nós da ONG

Paz na Terra acreditamos muito na força espiritual, pois, acho que foi por isto que o nosso contato com a presidenta da ONG foi um sinal, pois nos conhecemos na associação de Bairro e quando começamos a comentar sobre o meio ambiente e uma sociedade sustentável choramos muito. Por isto a ONG tenta mostrar que a água, fogo, terra e ar têm algo bom e pode ser sustentável...”

“... Por isto logo depois de nos conhecermos começamos a procurar na vila Brandina plantas medicinais e quando nos demos conta começamos a cuidar e revitalizar as nascentes da região”
(transcrição da entrevista do mês de agosto, conselheiro da ONG Tião)

A ONG investe em larga escala em trabalhos de conscientização junto a população jovem em torno de temas ambientais e relacionados a paz, articulando sustentabilidade ambiental e comportamento cotidiano e espiritual. E trabalha também com uma horta comunitária que atende à comunidade carente local.

Seu Tião como gosta de ser chamado comenta que

“O local onde se localiza a ONG foi ganha devido a concessão de uso com o conhecimento do Estado e do Município. Nós infelizmente não temos patrocinadores e nem contribuintes, quem nos sustenta é a presidente da ONG a Paola que também estudou na PUCC. Ela conseguiu para a comunidade muita coisa como exemplo ela trouxe a tribo guarani para trazer o conhecimento indígena para a comunidade. Conseguiu para nós também com a minha ajuda um contato com o clube da hípica de Campinas.”
(transcrição da entrevista do mês de agosto, conselheiro da ONG Tião)

Segundo informações fornecidas pelas lideranças, a entidade tem um contato muito remoto com as ONGs ambientais de Campinas, e o elo de ligação se dá pela iniciativas de alguns conselheiros.

A ONG considera um avanço o fato do parque ecológico de Campinas solicitar apoio para sua manutenção, algo que significa um sinal de legitimidade e capacidade organizacional da entidade, apesar da falta de vínculos políticos e precariedade financeira.

Conclusão

Segundo Scherer-Warren (1999), as redes ecológicas tendem a se desenvolver de forma interativa e as questões ambientais servem como aglutinadores de problemas globais, que se manifestam no espaço local. Ou seja, os conflitos se espalham por meio das redes de movimentos, a tal ponto que os problemas locais se transformam em problemas universais. A autora coloca que o estabelecimento de trocas transversais entre os elos da rede possibilitam repensar a prática democrática, não mais centrada unicamente nos organismos governamentais tradicionais.

Observando as práticas e condições de algumas das ONGs ambientalistas que atuam em Campinas, pode-se concluir que ocorre nesse momento uma especialização incompleta, uma tendência de aprimoramento e especialização ainda em vias de concretização, a qual demanda um investimento crescente de aporte institucional e gerencial.

Por um lado, há a tendência de forte investimento técnico e gerencial na capacitação organizacional e aperfeiçoamento na prática de pesquisa e monitoramento de recursos das entidades. A capacidade de organização e captação de recursos da Ecoforça indica claramente essa tendência, de modo que essa ONG consegue manter suas atividades independentemente do apoio de órgãos públicos locais, estando sintonizada mais frequentemente com ONGs estrangeiras e outras instituições.

Mas é possível notar que essa tendência não se realiza ainda plenamente. Como pode-se ver no caso da ONG Jaguatibaia, ela é em grande parte dependente de atores sociais e questões locais relacionadas especificamente a recursos hídricos, e portanto muito vulnerável às alterações nos rumos da política regional. Essa ONG desenvolve trabalhos importantes junto à população local, mas se encontra recorrentemente em dificuldades no prosseguimento e ampliação de suas atividades, o que torna sua visibilidade e atuação mais difícil.

Portanto, o caso de Campinas traz claramente uma tensão entre o local e o global, dois espaços que não se articulam de forma harmoniosa. Os financiamentos de projetos ocorrem mais facilmente para aquelas entidades que conseguem estabelecer parcerias duradouras com instituições externas ao espaço municipal e que oferecem contrapartida técnica e científica mais qualificada, e que atuam em diversas áreas.

As entidades mais solidamente estabelecidas no espaço local e regional estabelecem contatos mais próximos com a população e instituições próximas, mas ao preço de uma interface difícil com o ambientalismo transnacional.

Outro aspecto que aponta para a precariedade da sociedade civil em atuar na área ambiental em Campinas repousa na falta de redes eficientes de comunicação entre as ONGs ambientalistas. Como despontou na fala de alguns dos principais representantes dessas entidades, ainda persiste uma grande desorganização e falta de interação entre elas.

Essas questões remetem a uma problemática interessante: a falta de interação entre as ONGs ambientalistas de Campinas demonstra que qualificação e aporte financeiro não são suficientes para estabelecer articulações em rede. Faz-se necessário uma intervenção recorrente do poder público e de lideranças efetivas de modo a operar o contato entre grupos diferentes e nortear políticas para fortalecer a sociedade civil. Ou seja, a participação na e da esfera pública constitui ainda um aspecto essencial para a formação de redes e envolvimento da sociedade civil dentro da área ambiental.

Um último aspecto a ser levantado se relaciona à autonomia auferida por essas entidades. Em alguns casos, detecta-se que as ONGs têm como possibilidade fazer parcerias com instituições nacionais ou internacionais, para poder arrecadar financiamento e executar seus projetos. Com isso, elas acabam por perder parte de sua autonomia institucional, atuando como prestadoras de serviços públicos.

A perspectiva de autores que afirmam que a sociedade civil se organiza em redes no contexto globalizado e que essas redes tendem a se autonomizar frente aos órgãos governamentais precisa ser melhor estudada. Os dados colhidos no caso de Campinas apontam que a constituição de redes de movimentos não se dá distante da implementação de políticas públicas, e que se faz necessário repensar as práticas tanto de entidades como de órgãos governamentais.

Referências Bibliográficas

- BAVA, S.C. "ONGs: identidade e desafios atuais", *Cadernos Abong*, São Paulo, Autores Associados, 2000.
- CARDOSO, R. "Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico", in: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.

Sociedade e política no Brasil pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1983.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, **Nosso futuro Comum**, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1988.

DAGNINO, E. (org.) **Anos 90: Sociedade e política no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1994.

FERREIRA, L. **Estado e Ecologia: novos dilemas e desafios**, Tese de doutorado, IFCH/Unicamp, 1994.

FERREIRA, L. & VIOLA, E.(orgs.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**, Campinas, Unicamp, 1996.

FERREIRA, L. et al. A internalização da proteção ambiental nas políticas municipais das bacias dos rios Piracicaba e Capivari, Caderno 6, *Qualidade ambiental e desenvolvimento regional nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari*, Nepam/Unicamp, 1998.

FERREIRA, Lúcia Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro, *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 05, 1. Semestre 1999.

LEIS, H.R. **O labirinto**, Blumenau, FURB, 1996.

McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.

PÁDUA, J.A. & LAGO, M. **O que é ecologia**, São Paulo, Brasiliense, 1985.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice**, São Paulo, Cortez, 1995.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**, São Paulo, Hucitec, 2001.

SIVIERO, S. **Política ambiental e poder local: o caso de Campinas**, dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1995.

ANEXOS

Pesquisas em que a ECOFORÇA participa:

1. “Biodiversidade em Áreas Densamente Ocupadas” - Os agroecossistemas estão se tornando os sistemas predominantes em todo o mundo. No Brasil eles já ocupam mais de 50% do território nacional e não há indícios de reversão desse quadro. Raramente planejados por estudos de zoneamentos territoriais, os agroecossistemas são o resultado de interações complexas

entre o determinismo agroecológico de um território e os vetores sócio-econômicos que comandam seu desenvolvimento.

2. **“Cana Orgânica: O exemplo em Sertãozinho”** - Não foi encontrado fonte para descrever sobre o projeto

3. **“Caracterização de Fragmento Florestal Urbano”** - A UNICAMP, a USP, a UNESP, a PUCAMP, o IAC, a Embrapa Monitoramento por Satélite - CNPM e a organização não governamental ECOFORÇA - Pesquisa e Desenvolvimento, estão realizando pesquisas e monitorando o local por satélites. São muitos os técnicos e pesquisadores que trabalharam e trabalham na Mata.

4. **“Caracterização Ecológica de duas Fazendas em Monte Alegre do Sul – SP”** - Este projeto apresenta como objetivo principal a utilização do SIG como uma ferramenta para otimizar e operacionalizar a estruturação de uma base de dados, em escala local, respectiva aos parâmetros físicos e biológicos de uma área ocupada por duas fazendas no município de Monte Alegre do Sul, no Estado de São Paulo.

5. **“Doenças Respiratórias Crônicas em Quatro Municípios Paulistas”** - O objetivo geral deste trabalho foi o de avaliar a ocorrência das doenças respiratórias crônicas em algumas situações geográficas do Estado de São Paulo e suas possíveis correlações com as mudanças nas condições ambientais locais

6. **“Eleições Municipais – Fórum’96”** - Durante o período das eleições municipais de 1996, a ECOFORÇA criou um espaço gratuito, de informações e discussão eletrônica sobre as propostas dos candidatos a prefeitura do município de Campinas. Neste serviço foram apresentadas informações sobre os candidatos, seu histórico e paradigmas para governar.

7. **“AVALIAÇÃO DO PERFIL SÓCIO-CULTURAL-RELIGIOSO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BARÃO GERALDO, MUNICÍPIO DE CAMPINAS”** - Os objetivos deste trabalho foram avaliar o perfil religioso, social e cultural da população residente na área de influência da Paróquia de Santa Isabel, Distrito de Barão Geraldo, Município de Campinas e a ação da Igreja Católica na área.

8. **GIS como Instrumento Complementar na Avaliação do Impacto Ambiental e da Sustentabilidade Agrícola** - Avaliar a sustentabilidade de sistemas de produção, interagindo entre várias propriedades rurais numa bacia hidrográfica, comunidade rural ou município é tarefa complexa. Vários desafios metodológicos estão relacionados às escalas de tempo e espaço.

